

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CPLO - COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO DE OBRAS DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E
LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA - SUPEL/RO.**

Superintendência Estadual de Compras e Licitações

RECEBIDO

Certifico que recebi o documento no dia
16/06/12, às 13hs: 18 Min.

(nome completo, cargo e matrícula)

Carliel T. Menezes
300 136 319

Departamento de Estradas de Rodagem Infraestrutura e Serviços Públicos / DER-RO
PROTOCOLO GERAL
Recebido em <u>16.06.12</u>
Ass. <u>ANTONIO</u>

3105

**Concorrência Pública nº 044/16/CPLO/SUPEL/RO
Processo Adm. 01.1420.02113-00-206-DER/RO.**

MACOFER TERRAPLANAGEM LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.635.322/0001-68, situada a Av. Canaã, nº 1477, Setor Industrial, nesta cidade de Ariquemes-RO, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, para tempestivamente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do "Aviso de Julgamento de Habilitação" do processo em epígrafe, pelos motivos que passa a expender:

A Recorrente de maneira legítima participou do certame licitatório na modalidade concorrência pública, cujo objeto é a "**Construção e Pavimentação Asfáltica em CBUQ da Rodovia RO-005, trecho: km 5,0 (Penitenciária)/Ramal Aliança, segmento: Estaca 700 + 0,00 à Estaca 1.521 + 10,00, Lote 02 com extensão de 16,43 km, no(s) município(s) de Porto Velho/RO**".

Após a sessão de abertura e análise e julgamento da documentação de habilitação, esta Comissão Permanente de Licitação evidenciou a inabilitação desta Recorrente, argumento de que a mesma não teria "*apresentado relação explícita, bem como, declaração formal, completa, do aparelhamento adequado e disponível para a realização do objeto da prestação licitação, não atendendo o que determina o item 15.3.5 do Edital*".

Em pese a legítima fundamentação desta CPLO, *data máxima vênia* a decisão não pode vigorar, eis que materializa excesso de formalismo e pior, manifesto impedimento da livre concorrência, ao passo que o suposto erro identificado não é capaz de anular a proposta e reconhecer o contrário denota verdadeira violação aos princípios constitucionais administrativos e ainda a própria Lei 8.666.

CF

Diante da condição prevista no instrumento convocatório, é claro e evidente que esta Recorrente cumpriu rigorosamente com as previsões editalícias, apresentando documentos hábeis a comprovar sua capacidade técnica, tanto que inclusive já prestou diversos serviços análogos ao Estado, se mostrando empresa idônea e capaz de cumprir com suas obrigações.

Lado outro, ao analisar de maneira detida a decisão que fundamentou a precipitada inabilitação, verifica-se que o entendimento esposado se limita a questionar a relação de equipamentos mínimos, especificamente incongruências apresentadas na tabela oferecida por esta Recorrente, especificamente nos equipamentos registrados com os seguintes códigos: E408; E508; E908; E922 e E926.

Apesar da capacidade técnica desta comissão, a nosso ver o fundamento denota desarrazoado excesso de formalismo, já que repita-se, os equipamentos apresentados são mais do que suficientes para alcançar o objeto do contrato, tanto é verdade que alguns deles se mostra inclusive superior ao exigido pela licitante.

Sobre o assunto, pedimos vênica para destacar individualmente cada elemento:

E408 – O instrumento convocatório exige caminhão de carroceria 4T, 115 kw;

A Recorrente apresentou dois veículos superiores: um de 15,0T, 191 kw e outro de 9,0T, 150 kw, portanto equipamentos superiores aos exigidos, o que não caracteriza qualquer tipo de infringência.

E 508 – O instrumento convocatório exige grupo gerador 14 kw;

A Recorrente apresentou dois grupos geradores, um 32 kw e outro de 144 kw, portanto equipamentos superiores aos exigidos, o que não caracteriza qualquer tipo de infringência.

E 908 – O instrumento convocatório exige máquina pintura e demarcação faixas 4kw

A Recorrente apresentou máquina com 3kw de potencia, que indiscutivelmente possui capacidade técnica suficiente para atingir o exigido no objeto do edital, não caracterizando da mesma forma qualquer tipo de infringência.

E 922 – O instrumento convocatório exige martetele perfurador 1kw

A Recorrente apresentou máquina para exercer tal finalidade, com capacidade de 87PSI, ou seja, mais do que compatível para atingir o exigido no objeto do edital, não caracterizando da mesma forma qualquer tipo de infringência.

E 926 – O instrumento convocatório exige extrusora para meio fio 10kw

Como se sabe, trata-se de equipamento para viabilizar a confecção de meios fios, equipamento este que não é indispensável para consecução do objeto licitado, ao passo que os mesmos podem ser feitos de maneira manual, sem qualquer prejuízo ou infringência editalícia.



Sobre as supostas infringências, importante ressaltar que de forma alguma maculam a capacidade técnica desta Recorrente, que conforme acervo probatório, dispõe de atestados emitidos pelo próprio DER/RO, os quais apesar de já estarem no acervo dos autos, pedimos vênias para acostar.

Tanto é assim, que nota-se que a Recorrente já prestou serviços idênticos, possuindo ateste inclusive no que tange a confecção de meio fios, corroborados pelos atestados técnicos que fazem referência às respectivas ARTs, o que lhe auferiu indiscutivelmente a certeza de que está plenamente apta para exercer o objeto licitado e reconhecer o contrário seria um contrassenso e um prejuízo à própria administração pública, notadamente porque não se pode evitar de analisar uma proposta mais barata por meros caprichos plenamente sanáveis.

Ninguém duvida que as finalidades da licitação sejam *“garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional”* (Art. 3º, caput).

Do mesmo modo, também não se discorda que, segundo os termos da própria Lei nº 8.666/93, *“O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública”* (Art. 4º, § Único).

A questão que se propõe é saber qual o limite para o formalismo exigido para o processamento da licitação e a partir de que ponto esse formalismo necessário excede a sua finalidade e impede a realização do objetivo da licitação de selecionar a proposta mais vantajosa para a administração?

Vamos examinar a questão sob o enfoque do saneamento de vícios formais de propostas. De acordo com o Art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, *“É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”*. Pois então, qual o limite para a realização de diligências e esclarecimento ou complementação de informações das propostas em exame?

Em licitações para contratação de obras, imagine-se, por exemplo, que a licitante que cotou o menor preço global deixou de indicar os preços unitários de alguns insumos, contrariando disposição explícita do edital que impunha essa obrigação.



Seria possível admitir a correção da planilha de preços unitários, mantendo-se o valor global? Essa prática corresponderia ao saneamento de defeito meramente formal, nos limites da Lei nº 8.666/93? Ou configuraria a correção de vício material e, portanto, conduta vedada pela Lei nº 8.666/93?

Para fomentar o raciocínio, lembramos que, segundo a Instrução Normativa SLTI nº 02/08, *“Quando a modalidade de licitação for pregão, a planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada no momento da aceitação do lance vencedor, em que poderá ser ajustada, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto”* (Art. 24).

A mesma IN nº 02/08 também prevê que, “A análise da exeqüibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço” (Art. 29-A, *caput*). E nesse caso, **“Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação”** (Art. 29-A, § 2º).

Seria possível argumentar que a IN nº 02/08 regulamenta apenas “contratação de serviços, continuados ou não, por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG” (art. 1º), e que a situação proposta para exame neste post enfoca a contratação de uma obra.

Contudo, a Instrução Normativa nº 02/08 é um ato administrativo, dessa forma, sujeito aos limites da lei. Daí porque, se de acordo com a IN nº 02/08, erros no preenchimento de planilhas não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, admitindo-se a sua correção sem a majoração do preço ofertado, deve-se concluir que, a princípio, esse procedimento atende aos limites do Art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93. Pelo menos, até o presente momento, nenhum órgão competente declarou a ilegalidade dos Arts. 24 e 29-A, § 3º da IN nº 02/08.

Uma vez entendido que os Arts. 24 e 29-A, § 3º da IN nº 02/08 se conformam aos limites legais, seria possível aplicar o procedimento de saneamento de vícios nas planilhas de formação de preços neles previstos para as licitações cujo objeto seja a contratação de uma obra?



Qual seria o prejuízo para a Administração em admitir que a licitante que cotou o menor valor global ajustasse os preços, equipamentos e insumos indicados em sua planilha que porventura não atendessem aos critérios de admissibilidade fixados no edital, sem a possibilidade de majoração do preço total ofertado? De igual sorte, se fosse assegurada a mesma possibilidade, qual o prejuízo para as demais licitantes, caso incidissem em condição similar?

A jurisprudência, inclusive a oriunda do Tribunal de Contas da União, encarregou-se de mitigar alguns excessos, propiciando a extensão ao campo das licitações de técnicas e princípios comuns a todos os ramos do Direito e, mesmo, a outras áreas do próprio Direito Administrativo.

Uma série de decisões do STJ, produzidas nos anos de 1997 e 1998, representou um passo significativo em direção à atenuação do formalismo hermenêutico a propósito da Lei de Licitações.

O primeiro precedente talvez tenha sido o ROMS 6.198/RJ, julgado em 13 de dezembro de 1995, em que se afirmou que “Defeito menor na certidão, insuscetível de comprometer a certeza de que a empresa está registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, não pode impedir-lhe a participação na concorrência”.

Ao julgar o MS nº 5.281/DF, o STJ assegurou a participação em certame licitatório de uma licitante que apresentara documento estrangeiro vertido para o vernáculo por um tradutor.

Logo após, houve o julgamento do MS nº 5.418/DF, em que se consignou que o princípio da vinculação ao edital não impedia “interpretação das cláusulas do instrumento convocatório pelo Judiciário, fixando-se o sentido e o alcance de cada uma delas e escoimando exigências desnecessárias e de excessivo rigor, prejudiciais ao interesse público”.

Alguns meses após, foi julgado o MS nº 5.779. O STJ afirmou que “A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados...”

Na mesma data (9 de setembro de 1998), o STJ julgou o MS nº 5.361, em que se reconhecia que “se editado o regulamento” com extremo rigor, dificilmente surgiriam licitantes. Nada estará a impedir o abrandamento das exigências legais, suprimindo, a Administração, certas exigências rebarbativas, em prol do interesse público”.



Questão de grande repercussão foi a disputa envolvendo a licitação promovida pelo TSE para aquisição das urnas eletrônicas. O tema foi levado ao STJ, que denegou a ordem. Houve recuso extraordinário e o STF consagrou a tese da irrelevância de irregularidades menores. A decisão foi proferida no ROMS nº 23.714-1/DF, julgado em 13 de outubro de 2000. A ementa do acórdão é a seguinte: ***“Licitação: irregularidade formal na proposta vencedora que, por sua irrelevância, não gera nulidade”***.

Nesse caso específico, discutia-se a ausência de preenchimento de um anexo da proposta. O licitante não informara os preços unitários atinentes a determinados componentes das urnas eletrônicas, embora o edital tivesse exigido explicitamente o oferecimento dessa informação.

O STF acolheu o entendimento de que os dados omitidos não apresentavam caráter essencial para o julgamento das propostas, uma vez que o critério de julgamento previsto no edital era o valor da proposta comercial. No voto do Min. Sepúlveda Pertence, foi incorporado trecho das informações da autoridade administrativa, lançados nos termos seguintes:

“Se de fato o edital é a ‘lei interna’ da licitação, deve-se abordá-lo frente ao caso concreto tal qual toda norma emanada do Poder Legislativo, interpretando-o à luz do bom senso e da razoabilidade, a fim de que seja alcançado seu objetivo, nunca se esgotando na literalidade de suas prescrições. Assim sendo, a vinculação ao instrumento editalício deve ser entendida sempre de forma a assegurar o atendimento do interesse público, repudiando-se que se sobreponham formalismos desarrazoados”.

Tendência similar tem sido adotada pelo C. TCU — o qual, aliás, também rejeitara anteriormente impugnação à mesma licitação para urnas eletrônicas (autos TC 011.764/ 1999-6), ainda que analisada a questão sob outro ângulo.

Apenas para indicar julgados mais recentes, pode-se lembrar a Decisão no 681/ 2000-Plenário (Rel. Mi Walton Alencar Rodrigues), em que se determinou a órgão fiscalizado “que se abstenha de desclassificar propostas de licitantes com base em critérios formais irrelevantes para a sua aferição e não tragam prejuízo aos demais licitantes ou à Administração”.

O tema voltou à consideração quando proferida a Decisão nº 1.065/2000-Plenário. Dentre outras questões, apontava-se a ausência do preenchimento de um campo específico no formulário padronizado de proposta comercial. O voto do Min. Adilson Motta acolheu a informação dos órgãos técnicos do TCU, no sentido de que se tratava de defeito irrelevante.

Na Decisão nº 17/2001-Plenário (Rel. Mm. Adylson Motta), foi adotado entendimento de que “Falhas irrelevantes que não justificam o formalismo exacerbado da inabilitação dos licitantes, sob pena de malferir o interesse público”.

Na Decisão nº 577/2001 (Rel. Mi Iram Saraiva), veio à tona questão indiretamente relacionada ao tema considerado. Um edital determinava que as planilhas de composição de custo tinham função meramente informativa. Um licitante impugnou essa fórmula, sustentando que as planilhas tinham de ser consideradas como elemento essencial para o julgamento. O órgão fiscalizado esclareceu que o critério de julgamento era o valor das propostas. As planilhas destinavam-se a eliminar dúvidas, em casos de controvérsia. Os órgãos técnicos do TCU respaldaram essa opção, destacando que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Quando o erro elevasse o valor ofertado, o licitante teria uma proposta menos competitiva. Se o erro acarretasse a redução do valor, o licitante teria de arcar com as consequências. Esse entendimento foi acolhido pelo Plenário.

No mesmo sentido já entendeu o TJ do Rio Grande do Norte:

Ementa: EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO, MODALIDADE CARTA CONVITE. CRITÉRIO DO MENOR PREÇO. ERRO MATERIAL NA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA. DIFERENÇA MÍNIMA ENTRE O VALOR TOTAL OFERTADO PELA EMPRESA E O VALOR DISCRIMINADO DOS PREÇOS UNITÁRIOS. SIMPLES ERRO ARITMÉTICO QUE NÃO MACULA A PROPOSTA DA IMPETRANTE QUE FOI MAIS VANTAJOSA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SENTENÇA QUE LEVOU EM CONTA O PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO DAS PROPOSTAS, DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E DA RAZOABILIDADE. ANULAÇÃO DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE PRATICADO PELA AUTORIDADE COATORA, COM A ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO À PRIMEIRA. REMESSA NECESSÁRIA IMPROVIDA. (TJ-RN - Remessa Necessária 7116 RN 2004.000711-6 (TJ-RN)).

Portanto, forçoso reconhecer que a inabilitação prematura acaba por afrontar o princípio da impessoalidade e da legalidade, devendo ser prontamente revista, haja vista materializar verdadeira equívoco ou na pior das hipóteses inobservância dos próprios documentos apresentados.

É notório, pois, que o questionamento realizado é completamente exagerado e não espelha o aplauso aos princípios gerais da administração pública, mas pelo contrário, demonstra um excesso de zelo desnecessário e descabido.



A procedimentalização das licitações, de regra, está vinculada ao formalismo de lei. Porém, o ato de julgar os documentos habilitatórios e propostas dos licitantes, se revestem, também, de bom senso e razoabilidade, significando isso ser formal sem ser formalista, não sobrepondo os meios aos fins.

Muitas vezes, o rigor exagerado adotado pelas Comissões de Licitações em seus julgamentos (provocadas quase sempre pelas próprias regras editalícias) acabam por inviabilizá-las, quando as falhas apontadas são adjetivas, irrelevantes e sanáveis, não provocando qualquer tratamento anti-isonômico dos competidores.

Esse formalismo necessário e até imprescindível ao procedimento é sim um valioso instrumento da igualdade e da moralidade na seriação dos atos administrativos, o que não se admite são decisões exageradas e rigorismos inconsistentes com a melhor exegese da Lei. Isso decorre da interpretação restritiva das cláusulas editalícias ou até mesmo das normas incidentes da legislação, o que no fundo aponta a insegurança do julgador diante de seu papel que se insere num contexto jurídico as vezes desconhecido.

Então, o ato de julgar uma licitação, deve estar contido de razoabilidade, bom senso e proporcionalidade, evitando o rigor formal que pode até estar a apontar um velado direcionamento do julgamento.

O administrativista, Diogo de Figueiredo Moreira Neto, assim se manifesta sobre a razoabilidade nas decisões administrativas, com a profundidade que lhe é peculiar:

“A superação do formalismo axiológico e do mecanismo decisorial fica a dever a lógica do razoável, que põs em evidência que o aplicador da Lei....não pode desligar-se olímpicamente do resultado de sua decisão e entender que cumpriu o seu dever com a simples aplicação silogística da lei aos fatos.”

A experiência demonstra que as exigências legais nos procedimentos licitatórios, quanto a forma, devem atender critérios racionais, lembrada sempre a finalidade com que são impostas e evitando-se o culto das formas como se elas fossem um fim em si mesmas.

Vale dizer, nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas - e portanto jurisdicionalmente invalidáveis - as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei.



Assim, desaconselha-se o apego desmesurado à literalidade miúda do dispositivo - que se constitui no grau mais baixo da atividade interpretativa.

Já o princípio da proporcionalidade, traz consigo a indispensabilidade do ato administrativo estar revestido de uma ponderação específica, importando isso na proibição do excesso. Essa condição de proporção torna-se, assim, condição de legalidade. O razoável é o veículo da ideia da proporcionalidade. Esse princípio está estampado na própria Lei das Licitações no seu art. 3º - como um dos princípios correlatos.

Os fins da conduta administrativa têm que ser dotados de razoabilidade e justiça e não necessariamente de rigor formalista tacanho e dispensável, pois a desrazão da conduta afasta-a da juridicidade obrigatória para a Administração Pública, sem falar na demora e postergação decorrentes que poderiam ser evitadas, no atendimento das reclamadas e urgentes demandas sociais e finalidades de interesse público - função e fim último do Estado.

Assim, os princípios da razoabilidade e proporcionalidade devem permear tais julgamentos e fundamentam-se na própria Lei das Licitações e, nos mesmos preceitos que arrimam constitucionalmente os princípios da legalidade e da finalidade (Art. 5º II, LXIX, 37 e 84 CF).

A toda evidência, guardada a indispensável legalidade, o que deve importar dominantemente nos julgamentos de certames licitatórios é se ter em mira o princípio da finalidade, aquele que imbuía-se com outro, o da resultante social, não sendo demais lembrar que o direito presta-se, teleologicamente, à instrumentalização do ideal de Justiça.

Esse, aliás é o entendimento pacífico na esfera jurisprudencial, que assim já se manifestou:

Dados Gerais

Processo: AGR 2010217143 SE
Relator(a): DESA. MARILZA MAYNARD SALGADO DE CARVALHO
Julgamento: 30/11/2010
Órgão Julgador: 2ª. CÂMARA CÍVEL
Agravante: PETROLEO BRASILEIRO S.A
PETROBRAS
Parte(s): Agravado: NOVA COATING TECNOLOGIA,
COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA



Ementa

Processo civil e Administrativo - Agravo regimental em agravo de instrumento - Licitação - Insuficiência de Capacitação Técnica não demonstrada - Excesso de Formalismo.

I - Deve a Administração Pública observar os requisitos para participação no procedimento licitatório com razoabilidade, evitando formalismo exacerbado, a fim de preservar a possibilidade de competição entre os licitantes;

II - Se os documentos acostados na inicial comprovam, a uma, que os serviços prestados pela agravada se enquadram naqueles previstos no certame, e a duas, que inexistem especificação dos critérios no Dec. nº 2.745/98, a fim de se apurar a reprovabilidade de sua qualificação técnica exigida pelo certame, significa isto dizer que o formalismo exacerbado não pode ser privilegiado em detrimento da finalidade da licitação pública, devendo a recorrente agir com razoabilidade no julgamento das propostas, notadamente quando, insista-se, a agravada já executou os serviços compatíveis com o objeto da licitação em apreço, o que leva a concluir que a empresa recorrida possui capacidade técnica para executar o objeto do convite;

III - Eventual discussão sobre a constitucionalidade do aludido decreto e a inaplicabilidade da Lei Geral de Licitação de nº 8.666/93 ao caso, como meios de defesa à adoção do Procedimento Licitatório Simplificado da empresa, não tem o condão de se autorizar a infração aos postulados do contraditório, da razoabilidade e da isonomia, estes, por sua vez, alçados à nível constitucional, notadamente quando, insista-se, restaram demonstrados nos autos que os serviços prestados pela agravada se enquadram naqueles exigidos ao certame, preenchendo, dessa forma, o regulamento, e que, a resposta negativa a sua participação na licitação, está contaminada sob a pecha de vícios insanáveis, pois não se especificou os motivos pelos quais se ensejou o impedimento daquela em participar do convite, limitando-se a agravante a aduzir justificativas sem qualquer fundamentação.

IV - Recurso conhecido e improvido.



Por qualquer ângulo que se olhe, nota-se que as incongruências apontadas não são suficientes para inabilitar esta Recorrente, vez que atingiu integralmente as exigências previstas no instrumento convocatório além de ser dotada de plena capacidade técnica para consecução do objeto licitado, conforme acervo probatório emitido pelo próprio DER e corroborado pelas Anotações de Responsabilidade Técnica.

Diante de todo o exposto e independentemente de maiores dilações, requer-se seja o presente recurso recebido e provido, a fim de modificar a r. decisão que resultou na inabilitação deste Recorrente, eis que os fundamentos utilizados não espelham um julgamento equitativo, mas pelo contrário, um excesso de formalismo incabível no caso concreto, declarando válida a proposta da empresa **Macofer Terraplanagem Ltda.**

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Ariquemes, 13 de Julho de 2017


Macofer Terraplanagem Ltda.
04.635.322/0001-68

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO

COORDENADORIA DE OBRAS RODOVIÁRIAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

EMPRESA: MACOFER TERRAPLENAGEM LTDA

ENDEREÇO:

AV. CANAÃ, 1477 - BAIRRO: SETOR INDUSTRIAL, NA CIDADE DE ARIQUEMES/RO

CNPJ/MF Nº

04.635.322/0001-68

INSC. ESTADUAL Nº:

CONTRATO Nº/DATA:

002/05/GJ/DEVOP/RO, de 11.01.05

PROCESSO Nº/DATA:

1920-00356/04

VALOR CONTRATUAL:

R\$561.498,82

ENGºs RESP.

ENGº CIVIL HÉLIO SALVADOR DE ASSIS - CREA Nº2232-D/AC

PRAZO DE EXECUÇÃO:

60 DIAS CORRIDOS

PERÍODO DE EXECUÇÃO:

11/01/05 a 08/12/05

ART Nº - CREA: Data

226572, de 21.06.05

DATA TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO:

08.02.2006.

OBJETO:

CONSTRUÇÃO DO TREVO NA INTERSEÇÃO DA BR-364 / RO-470, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO D'OESTE E RESTAURAÇÃO DA CAPA ASFÁLTICA DA RO-470, NO TRECHO: BR-364/M. DA SERRA, NO SUB-TRECHO: KM-7,5 AO KM-60,0, C/ EXTENSÃO DE 52,50KM, NOS MUNICÍPIOS DE OURO PRETO, NOVA UNIÃO E MIRANTE DA SERRA/RO.

1.0	PROGR. DE IMPLANT. DE SEG. DO TRABALHO	
1.1	PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional)	1,00 ud
1.2	PCMAT (Progr. de Cond., Meio Amb. de Trab. Ind. da Construção)	1,00 ud
2.0	CONSTRUÇÃO DO TREVO (INTERS. BR-364/RO-470)	
2.1	TERRAPLENAGEM	
2.1.1	Escav., carga e transp. de material 1ª Cat, DMT entre 200 e 400m	3.401,63 m³
2.1.2	Compactação de Aterro a 100 % do P.N.	428,80 m³
2.1.3	Reforço de Sub-Leito	836,63 m³
2.1.4	Transp. Local mat. P/ reforço do sub-leito DMT=12,8Km	1.631,43 T
2.2	PAVIM. DO TREVO (INTERS. BR-364/RO-470)	
2.2.1	Regularização de Sub-Leito	7.044,24 m²
2.2.2	Sub-Base de solo estab. granulom. s/ mistura, esp. 0,20m	1.372,06 m³
2.2.3	Base de solo estabilizado granulom. s/ mistura, esp. 0,20m	1.335,26 m³
2.2.4	Transp. local mat. Sub-base DMT=12,8Km (X1=12,3km, X2=0,5km)	2.675,50 T
2.2.5	Transp. local mat. Base DMT=12,8Km (X1=12,3km, X2=0,5km)	2.603,76 T
2.2.6	Imprimação - execução - s/ forn. e transp. de CM-30	6.062,65 m²
2.2.7	Tratamento Superficial Duplo, s/ fornec., transp. de RR-2C	6.062,65 m²
2.2.8	Fornec. e Transp. de Asfalto Diluído CM-30 p/ imprimação	7,28 T
2.2.9	Fornec. e Transp. de Emulsão Asf. de RR-2C p/ TSD e FOG	18,19 T
2.2.10	Pintura de Acab. (FOG), s/ fornec. e transp. de RR-2C.	6.062,65 m²
2.2.11	Concr. Betum. Usin. a Quente (s/ fornec. transp. de CAP-20)	67,32 T
2.2.12	Fornecimento e Transporte de CAP-20	4,38 T
2.2.13	Pintura de Ligação (Exec.), s/ fornec. e transp. de RR-1C.	650,50 m²
2.2.14	Fornecimento e Transporte de RR-1C p/ pintura de ligação	0,26 T
2.3	DRENAGEM/OAC DO TREVO (INTERS. BR-364/RO-470)	
2.3.1	Caixa Coletora CCS-01	2,00 ud
2.3.2	Meio-fio de concreto - MFC-03	669,76 m
2.3.3	Meio-fio de concreto - MFC-05	487,29 m
2.3.4	Entrada D'Água tipo EDA-01	6,00 ud
2.3.5	Descida D'água tipo rápida DAR-02	29,00 m
2.3.6	Dissipador de Energia DEB-01	2,00 ud
2.3.7	BSTC Ø = 0,60m, tipo CA-1, c/ berço de concreto	90,00 m
2.3.8	Escavação mecânica p/ bueiro	150,70 m³
2.3.9	Reaterro e compactação de valas	68,21 m³
2.3.10	Boca de BSTC Ø = 0,60m em concreto ciclópico	1,00 ud
2.3.11	Sarjeta Triangular de Concreto STC-04	94,51 m
2.4	OBRAS COMPLEM. DO TREVO (INTERS. BR-364/RO-470)	
2.4.1	Enleivamento	1.964,00 m²
2.4.2	Conformação de área de jazida c/ espalhamento de mat. vegetal	3.400,00 m²
2.4.3	Concreto Fck=150Kg/cm² da rótula - esp. 0,05m	83,00 m³
2.4.4	Concreto Ciclópico (muro de arrimo)	4,95 m³
2.4.5	Concreto Fck=150Kg/cm² (fundação muro de arrimo)	0,73 m³
2.4.6	Forma de Madeira	7,00 m²
2.4.7	Fornecimento e colocação de Aço CA-50	42,00 Kg

SUPEL
Confere com o original
Em 16/11/06
Ass. _____
Gabriela Terras Mendes
Mat: 300136312



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO
COORDENADORIA DE OBRAS RODOVIÁRIAS
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EMPRESA: MACOFER TERRAPLENAGEM LTDA

ENDEREÇO:

AV. CANAÃ, 1477 - BAIRRO: SETOR INDUSTRIAL, NA CIDADE DE ARIQUEMES/RO

CNPJ/MF Nº

04.635.322/0001-68

INSC. ESTADUAL Nº:

-

CONTRATO Nº/DATA:

002/05/GJ/DEVOP/RO, de 11.01.05

PROCESSO Nº/DATA:

1920-00356/04

VALOR CONTRATUAL:

R\$561.498,82

ENGºs RESP.

ENGº CIVIL HÉLIO SALVADOR DE ASSIS - CREA Nº2232-D/AC

PRAZO DE EXECUÇÃO:

60 DIAS CORRIDOS

PERÍODO DE EXECUÇÃO:

11/01/05 a 08/12/05

ART Nº - CREA: Data

226572, de 21.06.05

DATA TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO:

08.02.2006.

OBJETO:

CONSTRUÇÃO DO TREVO NA INTERSEÇÃO DA BR-364 / RO-470, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO D'OESTE E RESTAURAÇÃO DA CAPA ASFÁLTICA DA RO-470, NO TRECHO: BR-364/M. DA SERRA, NO SUB-TRECHO: KM-7,5 AO KM-60,0, C/ EXTENSÃO DE 52,50KM, NOS MUNICÍPIOS DE OURO PRETO, NOVA UNIÃO E MIRANTE DA SERRA/RO.

2.5 SINALIZAÇÃO DO TREVO (INTERS. BR-364/RO-470)

2.5.1	Pintura de Faixas Horizontais	337,80 m²
2.5.2	Pintura de Setas e Zebrados	86,71 m²
2.5.3	Placa Octogonal L=0,42m; A=0,85m²	2,00 m²
2.5.4	Placa de Regulamentação Triangular L=0,80m	2,00 ud
2.5.5	Placa de Regulamentação Ø=1,00m	8,00 ud
2.5.6	Placa de Advertência L=1,00m	7,00 ud
2.5.7	Placa de Indicação 2,00 x 1,00m	8,00 ud
2.5.8	Sonorizador	2,00 ud

2.6 RESTAURAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASF. DA RO-470)

2.6.1	Base de solo estabilizado granulom. s/ mistura, esp. 0,10m	2.655,83 m³
2.6.2	Transp. Com. Mat. Base DMT=26,70Km (X1=26,70km, X2=0,5km)	5.178,87 T
2.6.3	Imprimação - Execução - s/ Forn. e Transp. de CM-30	26.558,33 m²
2.6.4	Tratamento Superficial Simples, s/ fornec. e transp. de RR-2C	6.352,00 m²
2.6.5	Tratamento Superf. Duplo, s/ fornec. e transp. de RR-2C	17.857,00 m²
2.6.6	Transp. Com. Brita p/ TSS, TSD e PMF: X1=33,7Km e X2=3,5Km	837,88 T
2.6.7	Fornec. e Transp. de Asfalto Diluído CM-30 p/ Imprimação	31,87 T
2.6.8	Fornec. e Transp. de Emulsão Asf. de RR-2C p/ TSD, TSS e FOG	19,50 T
2.6.9	Pintura de Acabamento FOG - s/ Fornec. e Transp. de RR-2C	24.209,00 m²
2.6.10	Remendo Prof. c/ Dem. Manual (c/ PMF Excl. Fornec. RM-1C)	317,46 m³
2.6.11	Mistura Betum. em Betoneira (Excl. Emulsão RM-1C) - Exec.	189,13 m³
2.6.12	Escavação e Carga de Material de Jazida	234,93 m³
2.6.13	Transp. Com. Areia p/ Rem. Prof., DMT=50Km (X1=50Km, X2=0Km)	46,38 T

SUPEL
Confere com o original
Em 16/11/06
ASS.
Gabriela Terra
Mat: 300136319

Atestamos para os devidos fins, que a empresa acima qualificada, executou para o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO, os serviços descritos.

Outrossim, salientamos que os serviços acima mencionados foram concluídos dentro do Cronograma Físico-Financeiro verificado pelo Órgão, estando em conformidade com as condições Técnicas fornecidas.

Portanto, nada existe em nossos arquivos que impeça de Atestar a Capacidade Técnica da referida empresa, para execução de serviços similares.

RECEBIDO
EM, 12/06/2006

PORTO VELHO-RO.
EM, 12/06/2006

EMPRESA

Hélio Salvador de Assis
CREA - 22320 - AC

GERENTE DE CONSTRUÇÃO RODOVIÁRIA
DER/RO

DIRETOR GERAL
DER/RO

Av. Pio XII c/Av. Pres. Dutra, s/nº - Bairro: Pedrinhas - Porto Velho/RO
Esplanada das Secretarias - CEP: 78.904-070 - Fone: 3216.5948

Jacques da Silva Albagli
Diretor Geral/DER/RO

**CREA-RO**Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de RondôniaREGISTRADO NO CREA-RO CONFORME
Autenticidade - 269AF-46435-1B1E9-7AAA9-8B6AC

Nº

226572



ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

2 Nome do Profissional: HELIO SALVADOR DE ASSIS		3 Título do Profissional: ENGENHEIRO CIVIL		4 Nº da Carteira/UF: 2232D AC	
5 Endereço do Profissional: RUA POSSIDONIO FONTES 4605		6 Bairro: AGENOR DE CARVALHO		7 Cidade: PORTO VELHO - RO	
9 CEP: 78904010		10 E-Mail: HELIO.SALVADOR.ENG@GMAIL.COM		11 CPF: 161.255.334-68	
12 Endereço da Obra:		13 Bairro da Obra:		14 Cidade da Obra:	
16 Nome do Proprietário/Contratante: DEPARTAMENTO DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS		17 CPF / CGC: 04285920000154		21 Telefone:	
18 Endereço: RUA PIO XII, S/N - ESQ. C/AV PRES. DUTRA		19 Bairro: ESPLANADA DAS SECRET		20 Cidade: PORTO VELHO - RO	
22 Empresas: MACOFER TERRAPLENAGEM LTDA		23 Registro ou Visto/Crea.: 2472EMRO		24 CNPJ: 04.635.322/0001-68	
25 Endereço da Empresa: AV. CANAA, 1477		26 Bairro: SETOR INDUSTRIAL		27 Cidade: ARIQUEMES - RO	
29 Atividade Técnica: 15 - CONDUÇÃO DE EQUIPE DE INSTALAÇÃO...		30 Área de Competência: ---		31 Tipo de Obra: ---	
32 Valor do Contrato: 0,00		33 Número do Contrato:		34 Número do Pavimento:	
37 Tipo de Contrato: <input type="checkbox"/> INDETERMINADO		35 Dimensão: 52,50		36 Unidade: Km	
40 <input type="checkbox"/> CO-AUTOR <input type="checkbox"/> CO-RESPONSÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> INDIVIDUAL <input type="checkbox"/> EQUIPE		41 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO <input type="checkbox"/> COMPLEMENTAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> NORMAL <input type="checkbox"/> REGULARIZAÇÃO		42 <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> EMPREGADO <input checked="" type="checkbox"/> AUTÔNOMO	
44 Vinculada à ART N.:		45 Número da Notificação/Auto.:		46 Data do Preenchimento: 21/06/2005	
47 Valor da Taxa: 424,00		43 Entidade de Classe:		39 Valor dos Honorários: 0,00	

48

- 21/06/2005
Local e Data

HELIO SALVADOR DE ASSIS
Profissional

DEPARTAMENTO DE VIACAO E OBRAS PUBLICAS
Contratante

ESTE DOCUMENTO ANOTA PERANTE O CREA PARA OS EFEITOS LEGAIS, O CONTRATO ESCRITO OU VERBAL REALIZADO ENTRE AS PARTES (LEI 6.496/77)

49 Resumo do contrato: Descrição da Obra e ou Serviço Contratado, Condições, Prazo, Quantificação, Custos, Etc.:

CONSTRUÇÃO DO TREVO NA INTERSEÇÃO DA BR-364/RO-470, NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE E RESTAURAÇÃO DA CAPA ASFALTICA DA RODOVIA RO-470, TRECHO: BR-364/MIRANTE DA SERRA, NO SUB-TRECHO KM 7,5 AO KM 60, COM EXTENSÃO DE 52,50 QUILOMETROS, NOS MUNICÍPIOS DE OURO PRETO DO OESTE E MIRANTE DA SERRA

PRazo DE EXECUÇÃO: 60 DIAS.

DESCRIÇÃO QUANTIDADE UNID

02 CONSTRUÇÃO DO TREVO (INTERSEÇÃO BR-364/RO-470)

02.01 TERRAPLENAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, DMT ENTRE 200 E 400M 2.565,00 M3

COMPACTAÇÃO DE ATERRO A 100% DO P.N. 428,80 M3

02.02 PAVIMENTAÇÃO DO TREVO (INTERSEÇÃO BR-364/RO-470)REGULARIZAÇÃO DO SUB

-LEITO 7.625,51 M2

SUB-BASE DE SOLO ESTABILIZADO GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA E=0,20M, X1=12,30KM; X2=0,50KM 1.484,11 M3

BASE DE SOLO ESTABILIZADO GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA E=0,20M; X1=12,30KM; X2=0,50KM 1.443,11 M3

TRANSPORTE LOCAL PARA SUB-BASE COM DMT=12,30KM; X1=12,30KM; X2=0,50KM =(0,31XX1+0,40XX2+0,59)X1,291 2.730,76 T

TRANSPORTE LOCAL BASE COM DMT=12,30KM X1=12,30KM; X2=0,50KM(0,31XX1+0,40XX

Página:

ESTE DOCUMENTO ANOTA PERANTE O CREA PARA EFEITOS LEGAIS, O CONTRATO ESCRITO OU VERBAL REALIZADO ENTRE AS PARTES (LEI 6.496/77)

**CREA-RO**Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de RondôniaREGISTRADO NO CREA-RO CONFORME
Autenticidade - 269AF-46435-1B1E0-7AAA9-8B6AC

Nº

226572



ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

2 Nome do Profissional: HELIO SALVADOR DE ASSIS		3 Título do Profissional: ENGENHEIRO CIVIL		4 N.º da Carteira/UF: 2232D AC	
5 Endereço do Profissional: RUA POSSIDONIO FONTES 4605		6 Bairro: AGENOR DE CARVALHO		7 Cidade: PORTO VELHO - RO	
9 CEP: 78904010		10 E-Mail: HELIO.SALVADOR.ENG@GMAIL.COM		8 Telefone: 69 992606679	
				11 CPF: 161.255.334-68	

48

Resumo do Contrato (continuação)

2+0,59)X1,291 2.655,32 T
 IMPRIMAÇÃO(EXECUÇÃO) SEM FORN. E TRANSP.DE CM 30 6.713,15 M2
 TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO(SEM FORNECIMENTO E TRANSP. DE RR-2C) 6.713,
 15 M2
 TRANSPORTE DE BRITA PARA TSD (TRANSPORTE DE BRITA=X=0,00) - TRANSPORTE ARE
 A URBANA - T
 FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE CM-30 PARA IMPRIMAÇÃO 8,06 T
 FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE RR-2C PARA TSD E FOG 20,14 T
 PINTURA DE ACABAMENTO FOG - SEM FORN. E TRANSP. DE RR-2C 6.713,15 M2
 02.03 DRENAGEM/OAC DO TREVO(INTERSEÇÃO BR-364/RO-4700 -
 CAIXA COLETORA CCS-01 2,00 UD
 MEIO FIO DE CONCRETO MFC-03 1.284,54 M
 MEIO FIO DE CONCRETO MFC-05 487,20 M
 ENTRADA DE AGUA TIPO EDA-01 6,00 UND
 DESCIDA DE AGUA TIPO RAPIDA DAR-02 12,30 M
 DISSIPADOR DE ENERGIA DEB-01 4,00 UD
 BSTC DIAM. 0,60M TIPO CA-1 COM BERÇO DE CONCRETO 45,00 M
 BSTC DIAM. 0,80M TIPO CA-2 COM BERÇO EM CONCRETO 50,00 M
 BOCA DE BSTC DIAM. 0,80M EM CONCRETO CICLOPICO 1,00 UD
 ESCAVAÇÃO MECANICA PARA BUEIRO 159,10 M3
 REATERRO E COMPACTAÇÃO DE VALAS 72,00 M3
 02.04 OBRAS COMPLEMENTARES DO TREVO(INTERSEÇÃO BR-364/RO-470)
 ENLEIVAMENTO 1.964,00 M2
 CONFORMAÇÃO DE AREA DE JAZIDA COM ESPALHAMENTO DE MATERIAL VEGETAL 3.400,
 00 M2
 CONCRETO FCK=150KGF/CM2 DA ROTULA ESP=0,05M 83,00 M3
 02.05 SINALIZAÇÃO DO TREVO(INTERSEÇÃO BR-364/RO-470)
 PINTURA DE FAIXAS HORIZONTAIS 337,80 M2
 PINTURA DE SETAS E ZEBRADOS 86,71 M2
 PLACA OCTOGONAL L=0,42M; A=0,85M2 2,00 UND
 PLACA DE REGULAMENTAÇÃO TRIANGULAR PLACA DE REGULAMENTAÇÃO DIAM=1,00M 8,0
 0 UND
 PLACA DE ADVERTENCIA L=1,00M 7,00 UND
 PLACA DE INDICAÇÃO 2,00X1,00M 8,00 UND
 SONORIZADOR 3,00 UND
 03 RESTAURAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RO-470
 BASE DE SOLO ESTABILIZADO GRANULOMETRICAMENTE SEM MISTURA E=0,10M X1=26,20
 KM; X2=0,50KM 2.147,80 M3
 TRANSPORTE COMERCIAL P/BASE COM DMT=26,70KM; X1=26,70KM; X2=0,50KM =(0,23X
 X1+0,29X2)X1,291 3.951,95 T
 IMPRIMAÇÃO(EXECUÇÃO) SEM FORN. E TRANSP.DE CM 30-LARG 21.478,00 M2
 TRATAMENTO SUPERFICIAL SIMPLES(SEM FORNECIMENTO E TRANSP. DE RR-2C) 5.618
 ,00 M2
 TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO(SEM FORNECIMENTO E TRANSP. DE RR-2C) 15.860,
 00 M2
 TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA PARA TSS E TSD: X1=33,70 E X2=3,50KM =(0,23X
 X1+0,29X2)X1,291 665,02 T
 FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE CM-30 PARA IMPRIMAÇÃO 25,77 T FORNECIMENTO E
 TRANSPORTE DE RR-2C PARA TSS, TSD E FOG 55,45 T
 PINTURA DE ACABAMENTO FOG - SEM FORN. E TRANSP. DE RR-2C 15.860,00 M2

Página:



CREA-RO

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia de Rondônia

REGISTRADO NO CREA-RO CONFORME
Autenticidade - 269AF-46435-1B1E0-7AAA9-8B6AC

Nº

226572



ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

4 N.º da Carteira UF:

2232D AC

2 Nome do Profissional:

HELIO SALVADOR DE ASSIS

3 Título do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

5 Endereço do Profissional:

RUA POSSIDONIO FONTES 4605

6 Bairro:

AGENOR DE CARVALHO

7 Cidade:

PORTO VELHO - RO

8 Telefone:

69 992606679

9 CEP:

78904010

10 E-Mail:

HELIO.SALVADOR.ENG@GMAIL.COM

11 CPF:

161.255.334-68

48

Resumo do Contrato (continuação)